



# 11º CONGRESSO DO Sintaema

DEMOCRACIA, MEIO AMBIENTE  
SAUDÁVEL E SANEAMENTO PARA TODOS  
SÃO PEDRO (SP), DE 24 A 26 DE OUTUBRO DE 2025

## CADERNO DE TESES

**Sintaema**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO  
E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO



FILIADO À



**Fenatema**  
Federação Nacional dos Trabalhadores  
em Energia, Água e Meio Ambiente



**Central dos Trabalhadores  
e Trabalhadoras do Brasil**



## SUMÁRIO

TESE INTERNACIONAL	
<b>A LUTA DOS TRABALHADORES NUM MUNDO EM EBULIÇÃO</b>	3
TESE NACIONAL	
<b>DERROTAR A EXTREMA DIREITA E AVANÇAR NAS MUDANÇAS</b>	7
TESE ESTADUAL	
<b>A GESTÃO PRIVATISTA E AUTORITÁRIA DE TARCÍSIO DE FREITAS</b>	11
TESE DO SETOR	
<b>ÁGUA E SANEAMENTO SÃO DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS</b>	16
SANEAMENTO NO BRASIL: SITUAÇÃO ATUAL	17
LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL	18
CONCLUSÃO	22
TESE – MEIO AMBIENTE	
<b>TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE</b>	24
OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	26
LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL OU LEI DA DEVASTAÇÃO	28
LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	29
DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS	30
TESE	
<b>GÊNERO, ETNIA/RAÇA, JUVENTUDE, ETARISMO E LGBTQIA+ CLASSE, CONSUBSTANCIALIDADE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO</b>	31
GÊNERO	31
ETNIA/RAÇA	33
LGBTQIA+	33
JUVENTUDE	34
ETARISMO	35

## TESE INTERNACIONAL

### A LUTA DOS TRABALHADORES NUM MUNDO EM EBULIÇÃO

**1.** O mundo passa por um período de incertezas, tensões e retrocessos, fenômenos que afetam diretamente a vida e as lutas dos trabalhadores. O capitalismo atravessa uma crise prolongada e sistêmica, e o capital joga todo o seu ônus nas costas dos explorados, com mais desemprego, menos salários e precarização do trabalho. A crise também acirra as contradições entre as nações, gerando guerras e conflitos – com gastos cada vez maiores em armas e milhares de mortos. Os EUA, como um império decadente, tornam-se ainda mais agressivos, promovendo tarifas e ameaçando os povos do mundo inteiro. Esse cenário sombrio serve de base para o crescimento de partidos neofascistas em vários países. A extrema direita se aproveita do caos econômico e do descrédito das instituições para disseminar ódio, preconceitos e violência. Essas tendências destrutivas, porém, não são irrefreáveis. Há contratendências, como as expressas na constituição do bloco do Brics, na ascensão de novas potências econômicas, com destaque para a China, e no despontar de um mundo multipolar. A resistência dos trabalhadores também se faz presente em várias partes do planeta, com greves, protestos e alguns êxitos eleitorais.

**2.** A crise sistêmica do capitalismo fica evidente nas baixas taxas de crescimento das economias dos EUA, da União Europeia e do Japão, no desmonte dos Estados de bem-estar social, na retirada de direitos trabalhistas e no aumento vertiginoso das desigualdades sociais. O projeto neoliberal, sob hegemonia do capital financeiro, agravou essa crise com seu receituário de desmonte do Estado, da nação e do trabalho. Segundo dados do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) global cresceu 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023 e 2024, o que comprova o grave quadro de estagnação econômica. O mais dramático é que, na crise, os ricos ficam cada vez mais ricos, com o aumento da concentração de renda e riquezas, e os pobres afundam na miséria. Estudo da Oxfam, divulgado em junho passado, mostra que a fortuna dos 1% mais ricos cresceu US\$ 33,9 trilhões nos últimos 10 anos – valor suficiente para acabar com a pobreza 22 vezes. “Enquanto isso, mais de 3,7 bilhões de pessoas permanecem na miséria”, afirma o relatório da renomada ONG.

**3.** Nessa fase regressiva e destrutiva do capitalismo, os trabalhadores são as maiores vítimas. Na busca para manter e ampliar seus lucros, o capital intensifica a concorrência por produtividade, aumentando a exploração do trabalho. O desenvolvimento tecnológico, que deveria servir ao bem-estar da humanidade, é apropriado pelos ambiciosos capitalistas. Através das plataformas digitais, controladas por poderosas big techs (gigantes da tecnologia), há um vertiginoso processo de precarização do trabalho, de fragmentação da classe trabalhadora e de fragilização da sua luta e organização coletiva. Os chamados “novos empreendedores” – uma farsa para camuflar a brutal exploração – não possuem qualquer proteção social e trabalham em longas jornadas e com baixo rendimento. Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de janeiro passado, destaca que “o déficit global de empregos atingiu 402 milhões em 2024”, que o número de trabalhadores na informalidade retornou aos níveis pré-pandemia da Covid, com cerca de 2 bilhões de informais, e que as maiores vítimas do desemprego são os jovens – com uma taxa global de 12,6%.

**4.** A crise capitalista, que esgarça o tecido social e frustra as perspectivas de futuro da sociedade, estimulou o crescimento de forças neofascistas, que pregam o ultraliberalismo na economia, o autoritarismo na política e o obscurantismo nos valores civilizatórios. A incapacidade de resposta das instituições liberal-democráticas e a ausência de alternativas progressistas mais consistentes serviram de caldo de cultura para a extrema direita. Através de uma intensa guerra cultural, que ganhou impulso com a difusão do ódio e do preconceito no esgoto digital, essas correntes seduziram inclusive parcelas dos explorados. Os EUA são o epicentro desse movimento internacional da extrema direita, com a volta ao poder do “imperador” Donald Trump. Na Europa, neofascistas já governam vários países, como a Itália, e cresceram eleitoralmente na Alemanha, França, Espanha, Portugal, entre outros. Na sofrida América Latina, “El Loco” Javier Milei chegou ao poder com sua destrutiva motosserra, e as forças de direita já comandam a maioria dos países da região.

**5.** Nesse mundo caótico e disruptivo, aumentam as disputas por territórios, riquezas e influência geopolítica. Estudo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), publicado no final de 2024, apontou a existência de 120 conflitos armados, envolvendo 60 dos 193 países do mundo – o que significa que 31% das nações enfrentam situações de guerra. Cálculos subestimados indicam que eles causaram 200 mil mortes, milhões de feridos e dezenas de milhões de deslocados de suas casas e terras no ano passado. Apenas os senhores da guerra e a indústria das armas ganham com essa carnificina. Os gastos militares globais bateram recorde de US\$ 2,7 trilhões em 2024. Os EUA seguem como maior gastador, com um orçamento de defesa de US\$ 1 trilhão no ano passado. O principal laboratório desse genocídio se dá atualmente na Faixa de Gaza, com a ação criminosa do Estado nazi-sionista de Israel. O carniceiro Benjamim Netanyahu prega abertamente a limpeza étnica e a “anexação permanente” do território da Palestina. Os palestinos estão proibidos até de receber remédios e alimentos, e todos os dias idosos e crianças morrem de fome. Pesquisa de um instituto de Harvard, de julho passado, estimou em 377 mil os mortos nos escombros da região.

**6.** O retorno de Donald Trump à presidência dos EUA só agrava os males do planeta. Com maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, controle da Suprema Corte e apoio dos bilionários – com destaque para os donos das big techs –, o neofascista tenta “tornar a América grande novamente” (Maga), numa política agressiva para ressuscitar o império em decadência. No âmbito interno, seu governo persegue os imigrantes, ataca a liberdade de imprensa, asfixia as universidades e hostiliza o sindicalismo e todas as formas de organização da sociedade civil. No plano externo, ele ameaça anexar o Canadá e a Groenlândia, incorporar o Canal do Panamá e construir um “resort de luxo” na devastada Faixa de Gaza. Negacionista, ele abandonou o Acordo de Paris e a Organização Mundial da Saúde (OMS), cortou programas de ajuda humanitária, recolocou Cuba na infame lista dos países terroristas e ampliou o bloqueio econômico à Venezuela. Com sua guerra tarifária, Donald Trump tenta chantagear o restante do mundo. Toda essa arrogância imperial prova a fragilidade dos EUA e tem como objetivo enfraquecer o Brics e derrotar seu maior concorrente, a China.

**7.** Diante de tantos fatores negativos – crise econômica, guerras sanguinárias, crescimento de forças fascistas e agressividade imperialista –, a humanidade resiste. Surgem contratendências a essa onda destrutiva e regressiva. Um dos principais polos se dá com o fortalecimento do Brics, que realizou sua 17ª Cúpula no Rio de Janeiro, em julho último. Fundado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em junho de 2009, ele foi ampliado no ano passado com a adesão do Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã e atualmente representa 39% do PIB global e 49% da população do planeta. O bloco tem adquirido maior consistência e já estuda a adoção de medidas para criar um sistema financeiro independente do dólar. O Banco do Brics – o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), hoje presidido por Dilma Rousseff – tem financiado obras de infraestrutura nos países-membros, patrocinou um Acordo de Reserva de Contingência (CRA) para auxiliar as nações em crises cambiais e reduzir a dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e firmou acordos de cooperação tecnológica e energética, entre outros avanços. Como afirma o ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial do presidente Lula, “o Brics é o novo nome do multilateralismo” e, por isso, causa tanto medo e pavor nos EUA.

**8.** Outro contraponto importante à arrogância do império em decadência vem da China. Ela é hoje a segunda maior economia do mundo, com participação equivalente a 18,6% no PIB global, o maior exportador e o segundo maior importador do planeta. Segundo dados de 2023, o país já acumulava US\$ 2,5 trilhões em investimentos diretos no exterior através da “Iniciativa Cinturão e Rota”, que contemplou mais de 150 países em projetos de infraestrutura. A China conquistou a liderança em setores estratégicos como 5G, veículos elétricos e inteligência artificial e conta com as maiores reservas internacionais (US\$ 3,1 trilhões). Sob comando do Partido Comunista, a China tirou 740 milhões de pessoas da pobreza entre 1978 e 2018, um dos maiores feitos da humanidade. Apesar de todas as suas particularidades, contradições e limitações, a experiência chinesa recoloca, objetivamente, o socialismo como protagonista na construção da nova ordem mundial.

**9.** Uma terceira contratendência à barbárie capitalista se dá com a resistência dos povos. Mesmo nos EUA cresce a luta contra a cruel deportação de imigrantes e contra as tentativas de restringir ainda mais a frágil democracia ianque. Desde a posse do neofascista, em janeiro último, milhares de pessoas vão às ruas todas as semanas nos 50 estados do país para protestar. Já há estudiosos que preveem uma “guerra civil” no império decadente. No restante do mundo também há sinais de crescente resistência. Na nossa sofrida América Latina, essas lutas têm, inclusive, se refletido nos embates eleitorais – com destaque para a derrota da extrema direita golpista no Brasil e na histórica vitória do campo popular na Colômbia, país que era tido como uma base militar dos EUA. Isso explica o enrijecimento do arrogante Donald Trump, que volta a tratar a América Latina como “nosso quintal”, reforça o bloqueio a Cuba, Venezuela e Nicarágua, conspira contra a Colômbia e impõe um “tarifaço” ainda maior contra o Brasil e o México.



**10.** Diante do cenário mundial de regressão e também de resistência, os trabalhadores precisam definir suas prioridades. As lutas no Brasil não avançarão se não houver mudança na correlação de forças no mundo. Entre outras bandeiras, cinco se destacam na atualidade. A primeira é a luta pela paz e contra as guerras – que hoje tem como destaque a denúncia do genocídio promovido pelo Estado nazi-sionista de Israel contra o povo palestino. O segundo grande desafio é a batalha, que promete ser prolongada, contra a extrema direita, unindo as forças populares e democráticas para conter a onda neofascista. O terceiro é a luta por uma nova ordem mundial anti-imperialista, fundada no efetivo multilateralismo, no respeito à soberania das nações e no desenvolvimento sustentável do planeta. O quarto é a defesa da integração latino-americana e a solidariedade a Cuba, Venezuela e outros países da região agredidos pelo imperialismo ianque. Como afirmou o presidente Lula na Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), na China, em maio último, “ou nos juntamos e procuramos parceiros que queiram construir um mundo compartilhado, ou a América Latina continuará representando a pobreza no mundo”. E o quinto desafio, que é da essência do sindicalismo, é seguir resistindo aos ataques do capital contra o trabalho, exigindo a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, a redução da jornada de trabalho e o aumento da renda.

TESE NACIONAL

**DERROTAR A EXTREMA DIREITA E AVANÇAR NAS MUDANÇAS**

**11.** Após um sombrio período de trevas, o cenário atual no Brasil é mais favorável à luta dos trabalhadores. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi um duro golpe do capital contra o trabalho, que permitiu a imposição da “deforma” trabalhista, do famigerado Teto de Gastos e de vários outros retrocessos. O golpe abriu caminho para a ascensão do neofascismo no país, com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, em 2019. Seu governo foi culpado pela morte de milhares de brasileiros na pandemia da Covid, fez o desemprego crescer e a renda cair, destruiu programas sociais, impôs a “deforma” da Previdência, entre outros crimes. Mas, graças à resistência e à união das forças democráticas, o Brasil conquistou uma vitória épica contra o autoritarismo com a eleição do ex-sindicalista Lula em 2022. Apesar dos entraves, o novo governo abriu novas perspectivas para a luta dos trabalhadores e garantiu alguns avanços – como a volta da política de valorização do salário mínimo, o retorno dos programas de combate à miséria, a retomada do diálogo democrático com a sociedade etc. Essas conquistas, porém, não estão consolidadas. A extrema direita, com seu projeto ultra neoliberal na economia, seu autoritarismo na política e seu obscurantismo nos valores civilizatórios, segue com força na sociedade e ameaça retornar ao poder nas eleições de 2026. A derrota do neofascismo é o principal desafio das forças populares e democráticas na atualidade. Mas, para obter êxito nesse embate, é preciso superar os entraves neoliberais na economia, que geram frustração na sociedade e alimentam o ódio e a desinformação da ultradireita. É urgente avançar nas mudanças estruturais no Brasil.

**12.** A batalha para derrotar o fascismo e superar o neoliberalismo não é uma tarefa fácil e será prolongada. O cenário ainda é adverso às forças populares em vários terrenos. No campo internacional, a crise sistêmica do capitalismo e o crescimento da extrema direita têm efeitos destrutivos no Brasil – e só pioraram com a volta ao poder do “imperador” Donald Trump nos EUA. Já no campo interno, três outros fatores são obstáculos aos avanços. A economia brasileira continua emperrada em função dos juros pornográficos praticados pelo Banco Central “independente” e do austericídio fiscal. Para complicar, o governo atual é totalmente minoritário no Congresso Nacional. Lula venceu a eleição presidencial, mas o bloco progressista sofreu duras derrotas na disputa para os governos estaduais, Câmara e Senado. Dos 513 deputados federais, os partidos comprometidos com os explorados elegeram apenas 126 representantes – o que dificulta a aprovação de projetos de interesse do povo. Além disso, as emendas parlamentares impositivas, que viraram uma depravada distorção na gestão terceirizada de Jair Bolsonaro, restringiram os poderes do Executivo e aumentaram a força do Legislativo, controlado pelo “Centrão” e pela extrema direita. Por último, como fator que dificulta as mudanças no país, as organizações dos trabalhadores têm esbarrado em dificuldades objetivas para mobilizar e pressionar os poderes por seus legítimos interesses.

**13.** Apesar dessa correlação de forças tão adversa, os trabalhadores têm obtido vitórias no governo Lula. A economia voltou a crescer, desmoralizando as previsões do “deus-mercado” e da mídia rentista. Em função da retomada do papel indutor do Estado e do estímulo ao mercado interno de consumo – via valorização do salário mínimo e injeção de recursos públicos em

políticas sociais, entre outros fatores –, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,2% em 2023 e 3,4% no ano passado. Em 2024, o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) bancou R\$ 711 bilhões em investimentos, mais da metade (53,7%) do total de R\$ 1,3 trilhão previsto até o fim de 2026. Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) injetou R\$ 276,5 bilhões em crédito para a economia brasileira, e a Petrobras investiu R\$ 91 bilhões – maior valor desde 2015. O governo também lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), que aposta na reindustrialização do país em novas bases tecnológicas. Com o crescimento da economia, o desemprego despencou no Brasil, com a geração de 1,45 milhão de postos de trabalho em 2023 e de 1,69 milhão no ano passado. Em 2024, a taxa de desemprego atingiu o menor índice desde 2012 (6,6%) – o que elevou o poder de barganha dos trabalhadores e gerou maior renda. Em junho passado, o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese) divulgou que, das 181 negociações com data-base no mês, 78,5% conquistaram aumento real de salário. Já uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) revelou que, em 2024, a renda dos mais pobres cresceu 10,7% – ritmo de crescimento 50% maior do que o verificado entre os 10% mais ricos.

**14.** Muitos desses avanços foram obtidos graças à retomada de programas sociais que tinham sido extintos ou desidratados nos desgovernos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Só para citar alguns exemplos: o Bolsa Família hoje garante comida na mesa em mais de 20 milhões de lares. Já o Mais Médicos dobrou seu alcance e chega a 4,5 mil municípios, atendendo 64 milhões de pessoas com mais de 26 mil profissionais. O Farmácia Popular foi ampliado, com 100% de seus medicamentos distribuídos gratuitamente; a entrega de ambulâncias do Samu cresceu cinco vezes, e as cirurgias eletivas bateram recorde no SUS, com 14 milhões de procedimentos no ano passado. O Minha Casa, Minha Vida contratou mais de 1,2 milhão de moradias em dois anos. Além da retomada desses programas, o terceiro governo Lula inovou com novos projetos, como o Pé-de-Meia, que favorece 4 milhões de jovens no ensino médio. Já o Desenrola Brasil beneficiou mais de 15 milhões de pessoas, que renegociaram R\$ 50 bilhões em dívidas, limpando seu nome e readquirindo o acesso ao mercado de crédito e de consumo. Essa e outras iniciativas garantiram uma importante vitória anunciada no final de julho pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome da ONU. Essa conquista histórica, como destaca o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi obtida como “resultado de decisões políticas do governo brasileiro que priorizaram a redução da pobreza, o estímulo à geração de emprego e renda, o apoio à agricultura familiar, o fortalecimento da alimentação escolar e o acesso à alimentação saudável”.

**15.** Outros dois aspectos muito positivos do período recente se deram no campo da política. O primeiro, que garantiu os demais avanços econômicos e sociais, foi o retorno da democracia ao Brasil, com a derrota das milícias fascistas – nas urnas, em outubro de 2022, e na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Caso a extrema direita bolsonarista, que representa os interesses mesquinhos da cloaca burguesa, tivesse vencido nas eleições ou na trama golpista, não haveria valorização do salário mínimo, geração de emprego e renda, retomada dos programas sociais ou diálogo com as organizações de trabalhadores. O país sucumbiria sob um regime autoritário, a

serviço dos super-ricos. Daí a importância da punição exemplar de todos os milicianos – fardados e civis – que intentaram golpear a frágil democracia brasileira, a começar pelo chefe da Orgrim - organização criminosa -, Jair Messias Bolsonaro. O segundo fator positivo, que também ajudou a gerar emprego e renda no país, refere-se à retomada da política externa “ativa e ativa” em defesa da soberania nacional. Mesmo com algumas vacilações, o governo Lula retomou o processo de integração latino-americana e investiu no fortalecimento do estratégico Brics – o bloco criado em junho de 2009 por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e depois ampliado, em 2023, com o ingresso da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Indonésia e Irã. Essa política externa se revela ainda mais vital com a volta ao poder do “imperador” Donald Trump. A diversificação das relações diplomáticas e comerciais serve como colchão protetor da economia, evitando que o Brasil vire vassalo dos EUA – como desejam os traidores da pátria bolsonaristas e a mídia vira-lata.

**16.** Todos esses avanços, porém, ainda são insuficientes diante das crônicas injustiças do Brasil e geram frustração na sociedade – conforme atestam pesquisas sobre a aprovação do atual governo. O golpe de 2016, a ascensão do neofascismo, o desmonte neoliberal e a pandemia da Covid, entre outras regressões, agravaram as contradições sociais no país, e as mudanças em curso não garantem uma sensação de bem-estar à população. Persistem as amarras que impedem um desenvolvimento econômico mais consistente, com maior justiça social. A política de juros pornográficos do Banco Central “independente”, com a segunda maior taxa do mundo, inibe o crédito e o consumo, trava a produção e prejudica a geração de empregos de melhor qualidade e o aumento da renda. Já o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que substituiu o famigerado Teto de Gastos de Michel Temer, ainda restringe os investimentos públicos em infraestrutura e programas sociais. Para destravar o crescimento da economia, garantindo maior impulso às mudanças, é urgente superar essas barreiras macroeconômicas. Além disso, é preciso avançar nas mudanças estruturais no Brasil, implementando uma série de reformas – como a urbana, a agrária, a da saúde e a do sistema financeiro, entre outras. Uma das reformas que ingressou na agenda política do país é a tributária, a partir da proposta do governo Lula de isentar do Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil por mês, diminuir o tributo para quem ganha até R\$ 7 mil e taxar em até 10% os rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão por ano. A proposta beneficia cerca de 90 milhões de brasileiros com isenção total ou parcial e tributa apenas 141 mil super-ricos – um passo importante para a justiça tributária. Com mais essa iniciativa, o presidente Lula avança para cumprir um compromisso de sua campanha eleitoral – o de “colocar os pobres no Orçamento e os ricos no Imposto de Renda”.

**17.** Nesse cenário complexo – de melhora das perspectivas e de importantes avanços, mas também de muitas limitações e riscos de retrocessos –, quais são os principais desafios para a luta dos trabalhadores na atualidade? Pelo menos três se destacam. O primeiro é o de isolar e derrotar o neofascismo no Brasil. Essa corrente, que hoje tem influência entre camadas dos explorados, prega o ultra neoliberalismo na economia, com o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas; o autoritarismo na política, com golpes e ataques às organizações populares; e o obscurantismo nos valores civilizatórios, destilando ódio e preconceito na sociedade. Não dá para vacilar diante dos fascistas, que seguem com força no mundo e no Brasil – aqui expresso pelo chamado

bolsonarismo. É preciso enfrentá-los com coragem, sabedoria e amplitude nas ruas, nas redes sociais e nas urnas. A disputa eleitoral de 2026 será decisiva nessa jornada de importância tática e estratégica. O segundo grande desafio é o de impulsionar o governo Lula no rumo das mudanças no Brasil. Como o próprio presidente já afirmou várias vezes, ele não precisa de bajuladores, mas, sim, de quem o critique e pressione – já que o seu governo sofre violento cerco do império decadente, do “deus-mercado”, do parlamento reacionário e da mídia rentista. A ausência de avanços mais sensíveis à população serve de caldo de cultura aos neofascistas, para o seu retorno ao poder. O governo precisa destravar a economia com mais ousadia e enfrentar com mais coragem o debate de ideias na sociedade, ajudando a sua politização. Quando o governo partiu para o enfrentamento na questão da justiça tributária, desnudando o choque entre ricos e pobres no país, e peitou o “imperador” Donald Trump e seus capachos no Brasil – os traidores da pátria na questão do tarifaço -, ele saiu das cordas e voltou a crescer em popularidade. É preciso persistir e avançar no caminho das mudanças efetivas na economia e no embate de ideias na sociedade. Por último, o terceiro desafio diz respeito à organização e à luta dos trabalhadores, ao papel do sindicalismo na atualidade.

**18.** Nos últimos tempos, o movimento sindical tem enfrentado dificuldades para levar adiante a luta pelos interesses imediatos e futuros dos trabalhadores. Os obstáculos são visíveis em todos os países – e não apenas no Brasil – e atingem todas as correntes de opinião que atuam nessa frente estratégica. Eles decorrem de fatores objetivos, que afetam a materialidade de classe dos assalariados, fruto das novas tecnologias e das profundas mudanças no mundo do trabalho. Também derivam de retrocessos políticos no capitalismo mundial, com a ascensão do neofascismo. No Brasil, o golpe do impeachment de Dilma Rousseff e a chegada ao poder do bolsonarismo resultaram em violento ataque ao sindicalismo e aos direitos trabalhistas. Fruto dessas regressões, a taxa de sindicalização segue caindo no país – era de 24% na década de 1980 e hoje é de apenas 8,4% da População Economicamente Ativa (PEA). A força política dos trabalhadores também regrediu – em 2010, o sindicalismo elegeu 83 deputados federais; em 2022, conquistou só 34 mandatos. Com a nova perspectiva aberta com o governo Lula, a luta dos trabalhadores tem melhores condições para retomar seu fôlego e ganhar maior musculatura. Além da luta para superar os entraves neoliberais na economia e para avançar nas reformas estruturais, o sindicalismo pode se fortalecer com suas pautas mais específicas – como a luta pela revisão das “deformas” trabalhista e previdenciária dos governos Temer e Bolsonaro, contra a precarização e a “uberização” do trabalho, entre outras. Em unidade com os movimentos sociais, o sindicalismo também pode reforçar a pressão política no país, como demonstrou o Plebiscito Popular sobre o fim da desumana escala de trabalho do 6x1 e sobre a taxa de super-ricos, organizado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e pelo Fórum das Centrais Sindicais. Com mobilização, conscientização e organização, o sindicalismo terá papel decisivo na luta por democracia, desenvolvimento econômico e justiça social.

TESE ESTADUAL

**A GESTÃO PRIVATISTA E AUTORITÁRIA DE TARCÍSIO DE FREITAS**

**19.** A nossa categoria conhece a postura autoritária e de inimigo dos trabalhadores do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). A truculenta privatização da Sabesp foi o ápice dessa conduta ultra neoliberal e fascistoide. Infelizmente, porém, a atuação desse político ainda é desconhecida pela sociedade paulista e brasileira. Eleito na carona da onda bolsonarista, esse forasteiro – que pouco havia pisado em São Paulo e não sabia sequer onde ficava seu colégio de votação – virou o queridinho dos abutres financeiros da Faria Lima e dos barões do agronegócio. Apontado como o candidato da cloaca burguesa nativa para as eleições presidenciais de 2026, ele está totalmente blindado pela mídia hegemônica. Suas ações desastrosas em áreas essenciais para a população, como na segurança pública, na saúde ou na educação, não são manchetes nos jornais nem destaque nos noticiários de rádio e TV. Com maioria folgada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), tendo o apoio ideológico dos deputados da extrema-direita e o fisiológico do Centrão, as sinistras iniciativas de sua gestão não são fiscalizadas ou investigadas. Com a inelegibilidade do golpista e mentor Jair Bolsonaro, o “bolsonarista moderado” Tarcísio de Freitas, como é chamado pela imprensa chapa-branca, vai pavimentando o caminho para disputar o Palácio do Planalto ou conquistar mais quatro anos no Palácio dos Bandeirantes. Daí a urgência de conhecer melhor sua péssima administração e denunciar seus descabros, intensificando a luta de ideias na sociedade.

**20.** Principal bandeira do demagogo Tarcísio de Freitas na campanha eleitoral de 2022, a segurança pública é exibida como a maior vitrine do atual governo. Os dados estatísticos, porém, confirmam que a propaganda é uma farsa, uma mentira para enganar os inocentes. Balanço mais recente da própria Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), publicado em 31 de julho, mostra que os homicídios cresceram 15,5% no primeiro semestre de 2025 na capital paulista. Foram 268 vítimas desse tipo de crime de janeiro a junho, contra 232 nos primeiros seis meses de 2024. No mesmo período, também houve aumento de 3,9% nos furtos (123,7 mil casos) e de 3,2% nos estupros (quase 1,5 mil casos). Prova do fiasco paulista, dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que o Brasil teve queda dos homicídios, em 2024, pelo quarto ano consecutivo. Só São Paulo e mais três estados tiveram alta desse indicador no ano passado. Parte desse aumento se deve à violência descontrolada da própria polícia. O número de pessoas mortas pela PM subiu 61% em 2024 – com 813 mortos, 309 casos a mais do que os 504 de 2023, primeiro ano da gestão Tarcísio de Freitas. No mesmo período, 32 policiais foram assassinados em serviço ou de folga, três ocorrências a mais do que em 2023. Um dos episódios mais trágicos dessa cruel letalidade policial foi a Operação Verão, ocorrida na Baixada Santista de fevereiro a abril do ano passado, que teve como saldo 56 mortos. Isso explica por que, apesar da propaganda mentirosa do governo, a questão da segurança pública continua sendo a maior preocupação para 23% dos paulistanos, seguida do caos na saúde, com 16% de menções, conforme pesquisa Datafolha.

**21.** No caso da saúde pública, a avaliação negativa da sociedade é plenamente justificável. O atual governo não investe o necessário no setor e desrespeita os profissionais da área. Em julho último, a categoria voltou a protestar contra Tarcísio de Freitas, acusando-o de descumprir as obrigações trabalhistas básicas. Segundo o SindSaúde-SP, os salários estão defasados em 50%, há atrasos no pagamento do bônus por resultado, as carreiras não são valorizadas, as jornadas são extenuantes e falta material básico para atender os pacientes. Ao mesmo tempo, o gestor privatista repassa a administração dos hospitais estaduais para as sinistras “organizações sociais de saúde”. Nos casos mais recentes, OSS passaram a gerir os hospitais Heliópolis, Ipiranga, Guaianases, Nestor Goulart Reis, Regional de Assis e Infantil Darcy Vargas. Protestos foram realizados em viadutos da capital paulista, com enormes faixas estendidas: “Tarcísio inimigo do povo! A saúde pede socorro!”. De acordo com estudo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), está previsto para 2025 o pagamento de R\$ 17,5 bilhões às OSS, o que representa 48,2% do orçamento da Secretaria da Saúde. No ano passado, quando o orçamento da pasta foi de R\$ 30 bilhões, o governo estadual repassou R\$ 14 bilhões (46,4% do total). O neoliberal Tarcísio de Freitas já privatizou 23 hospitais em São Paulo.

**22.** Outra área estratégica desprezada pelo fascistoide é a da educação pública. No primeiro ano do seu governo, Tarcísio de Freitas tentou substituir livros didáticos por materiais 100% digitais, uma medida absurda que gerou forte reação e foi arquivada. Ele ainda vetou um projeto aprovado na Alesp que previa mais psicólogos e assistentes sociais nas escolas – exatamente em um momento em que a violência estava em alta, com estudantes sendo vítimas de bullying e assassinatos. Na sequência, em outubro, o governador enviou proposta de orçamento com corte de R\$ 9,3 bilhões no setor. Pela Constituição do Estado, São Paulo é obrigado a investir ao menos 30% da receita obtida com impostos na educação. Pelo projeto, esse percentual cai para 25%. Contra esse golpe foi criado o movimento “Grito pela Educação Pública de Qualidade”, e ocorreram protestos com o mote “Tarcísio, tire as mãos do dinheiro da educação”. O governador também decidiu apostar suas fichas na privatização do setor, ação já apelidada de “Enel da educação”, lembrando o total desastre na área de energia. Em outubro de 2024, a Bolsa de Valores realizou o primeiro leilão para a construção e manutenção de 17 escolas estaduais. O privatista já anunciou que pretende transferir a gestão de 143 escolas para a iniciativa privada até o final do seu mandato. Ele também ainda não desistiu das autoritárias escolas cívico-militares, apesar das várias derrotas na Justiça.

**23.** Em síntese, Tarcísio de Freitas não tem qualquer compromisso com a questão social. O elitista inclusive já percebeu que esse é seu ponto fraco, que pode ser explorado na campanha eleitoral de 2026. Para ludibriar os incautos, ele lançou em maio passado o seu “programa de combate à pobreza”, intitulado pomposamente de SuperAção-SP. A mídia chapa-branca fez o maior alarde com a ação demagógica. Chegou a falar que a iniciativa seria mais ampla do que o Bolsa Família do presidente Lula. Pura manipulação. O programa tem verba inferior à que o governo paulista deixou de gastar na área social nos últimos dois anos. Ele prevê R\$ 500 milhões de gastos. O valor fica abaixo dos R\$ 831 milhões, em valores corrigidos pela inflação, que a Secretaria de Desenvolvimento Social deixou de usar nos anos de 2023 e 2024. A maior redução ocorreu em 2023, quando apenas 57% do orçamento da pasta foi utilizado. Dos R\$ 1,8 bilhão previstos, R\$ 1,04

2023, quando apenas 57% do orçamento da pasta foi utilizado. Dos R\$ 1,8 bilhão previstos, R\$ 1,04 bilhão foi gasto. As sobras daquele ano, de R\$ 779 milhões, já representam valor superior ao da farsa eleitoreira do SuperAção. O próprio programa afirma que pretende atender 105 mil famílias inscritas no Cadastro Único, utilizado para identificar famílias de baixa renda, sendo que há 3,7 milhões de famílias paulistas inscritas nessa ferramenta. Ou seja, a assistência social nunca foi uma prioridade para o neoliberal Tarcísio de Freitas.

**24.** Se a segurança pública, a saúde, a educação e outras áreas essenciais para o povo paulista têm sofrido queda de investimentos e piora de qualidade nos tristes anos de Tarcísio de Freitas, quem está ganhando com seu reinado? Quem está abocanhando a maior parte da receita obtida com os impostos? A mídia neoliberal evita tratar do assunto, mas, aos poucos, os setores privilegiados vão aparecendo. Um deles é o agronegócio, que hoje tem grande poder econômico e político em São Paulo. Já em 2023, após muita pressão e maracutaias, o governo aprovou o Projeto de Lei 410/23, que prorrogou o prazo para a regularização fundiária de terras devolutas até o final de 2026. Com isso, latifundiários da região do Pontal do Paranapanema ganharam desconto de até 90% no valor das áreas griladas e “legalizaram” mais de 600 mil hectares de terras, uma extensão equivalente a quatro cidades de São Paulo. A generosidade resultou na renúncia fiscal de R\$ 7 bilhões aos cofres públicos. O governo virou um “corretor de imóveis” dos barões do agronegócio, desfazendo-se de terras públicas a preços irrisórios, ao mesmo tempo em que travou o processo de reforma agrária e impediu o assentamento de 50 mil famílias de pequenos agricultores. As bondades, porém, não pararam. Em abril do ano passado, Tarcísio de Freitas anunciou um pacote de investimentos de R\$ 1,4 bilhão no setor durante a Agrishow, em Ribeirão Preto, a maior feira do agronegócio do país. Em abril deste ano, ele desembolsou mais R\$ 600 milhões. Não é para menos que o governador é hoje o “presidenciável” dos “agrotrogloditas”, que inclusive já rifaram o “inelegível” Jair Bolsonaro.

**25.** As corporações empresariais, com destaque para o capital financeiro, também têm garfado muita grana. Além de cortar investimentos em áreas essenciais, degradando os serviços públicos, Tarcísio de Freitas virou o “rei da privatária” – mistura de privatização com pirataria, com roubo. A volúpia privatista do forasteiro, com a entrega do patrimônio a empresários super-ricos, é assustadora. A venda da Sabesp foi a expressão maior desse crime. Mas há muitos setores sendo privatizados em São Paulo. Logo no início do seu reinado, o governo contratou, por R\$ 100 milhões e sem licitação, a consultoria IFC (International Finance Corporation), vinculada ao Banco Mundial, para acelerar as privatizações. Um dos setores mais atingidos é o do transporte. Em março último, o consórcio Comporte Participações venceu o leilão de concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, que compõem o Lote Alto Tietê da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). As linhas conectam o centro da capital com a zona leste e várias cidades da região metropolitana, como Mogi das Cruzes, Suzano e Guarulhos. Cerca de 4,6 milhões de pessoas vivem nos territórios atendidos por essas linhas. Os trabalhadores da CPTM protestaram contra a privatização no dia do leilão, na Bolsa de Valores. No ano passado, Tarcísio de Freitas já havia privatizado a construção do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC), ligando São Paulo a Campinas, e a Linha 7-Rubi da CPTM. Ele não tem qualquer compromisso com a qualidade e segurança dos serviços. Sua única obsessão é com as empresas bilionárias. O ultra neoliberal trata

a privatização como prioridade, mesmo após os criminosos apagões de energia ocorridos por culpa da concessionária italiana Enel, que cortou 36% dos seus funcionários, elevou o preço da conta de luz e produziu o caos no setor.

**26.** Tarcísio de Freitas nem disfarça mais que governa para os super-ricos, para os agrotrogloditas e os abutres financeiros. No dia 1º de julho, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2026. A proposta, que estabelece as metas fiscais e as prioridades da administração, recebeu o voto favorável de 46 deputados e contrário de 18. O projeto do governo neoliberal prevê um aumento da renúncia de receitas tributárias de R\$ 71,5 bilhões em 2025 para R\$ 85,6 bilhões em 2026, um crescimento de R\$ 14 bilhões, ou 19,6%. O acréscimo é puxado especialmente pela renúncia do ICMS, de R\$ 12,5 bilhões, e do IPVA, de R\$ 1,55 bilhão. Entre 2023 e 2024, o governo Tarcísio abriu mão de R\$ 68,1 bilhões em receitas de ICMS e R\$ 5,6 bilhões de IPVA, totalizando R\$ 74 bilhões em renúncias fiscais. O valor de R\$ 85,6 bilhões para 2026 supera todo o orçamento aprovado em janeiro de 2025 para as secretarias de Saúde e Educação somadas. Para a Saúde, a Lei Orçamentária Anual destinou R\$ 36,4 bilhões – um aumento de R\$ 6,1 bilhões em relação a 2024. Já a Educação teve um orçamento aprovado de R\$ 32,5 bilhões, com crescimento de apenas R\$ 893,7 milhões. A Secretaria da Segurança Pública recebeu um valor ainda menor, de R\$ 20 bilhões. A LDO explicita as opções de Tarcísio de Freitas. Enquanto reduz os investimentos nas áreas sociais, ele concede “bolsa-empresário” aos ricos!

**27.** O forasteiro que ocupa o Palácio dos Bandeirantes também governa para seus apadrinhados. A Agência Pública, site de jornalismo independente, postou em junho que “o governador Tarcísio de Freitas levou para cargos do alto escalão ao menos 14 militares que integraram a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Destes, cinco são amigos de Tarcísio há quase três décadas, desde que estudaram juntos na turma de 1996 da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman)”. Entre os 14 cupinchas estão vários oficiais do Exército que participaram da trama golpista que culminou com os atos de terrorismo de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Wagner Rosário, por exemplo, que foi ministro no covil fascista de Jair Bolsonaro e um dos expoentes dos ataques às urnas eletrônicas, ganhou de presente o estratégico cargo de Controlador-Geral do Estado (CGE). Já o coronel André Porto, que atuou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) dos golpistas, foi brindado com a chefia de gabinete de Tarcísio de Freitas, que costuma dizer que os dois “têm quase 40 anos de amizade”. Além dos oficiais das Forças Armadas, o governo paulista empregou vários ex-policiais militares, como os secretários Guilherme Derrite (Segurança Pública), coronel Helena (Esportes) e Marcello Streifinger (Administração Penitenciária). O governador também é bastante generoso com seus serviçais. Postagem do site Brasil 247, de final de julho, revela que “secretários estaduais da gestão Tarcísio de Freitas vêm acumulando rendimentos acima do teto constitucional por meio de jetons – pagamentos extras por participação em conselhos de estatais. Ao todo, 12 secretários titulares aparecem como conselheiros fiscais ou administrativos de empresas públicas ligadas ao Estado, recebendo valores que podem somar até R\$ 20 mil mensais, além do salário oficial de R\$ 31 mil. Com isso, pelo menos quatro deles superam os R\$ 50 mil em remuneração bruta mensal”.

**28.** Em um governo de ricos privilegiados e muitos apadrinhados, a tendência é que a corrupção se espalhe. Infelizmente, a mídia venal não investiga, a Alesp mais se parece com um “puxadinho” do Palácio dos Bandeirantes e o Judiciário estranhamente não age. Alguns casos, porém, chamam a atenção. No final de agosto, a lista de declarações de bens de integrantes do primeiro escalão do governo, publicada no Diário Oficial, mostrou que quatro dos 25 secretários estaduais tiveram aumento patrimonial superior a 100% na comparação com a declaração referente a 2023. O caso mais ruidoso foi o do fascistoide Guilherme Derrite, que teve um acréscimo de 107% – de R\$ 749 mil para R\$ 1,55 milhão. Recentemente, foi revelado que o carniceiro da Secretaria de Segurança Pública está construindo uma casa de luxo de mais de R\$ 3 milhões em um condomínio de alto padrão no interior paulista. Outro caso sinistro, também revelado pela Agência Pública, mostrou que “dos 24 secretários do governo Tarcísio de Freitas, ao menos cinco têm envolvimento com negócios imobiliários. Especialistas apontam potenciais conflitos de interesse, uma vez que decisões públicas têm alto impacto nesse mercado... Entre os membros do primeiro escalão, três estão no quadro societário de empresas de construção e aluguel de imóveis, além de terem parentes próximos donos de outros negócios do ramo: Guilherme Afif (Projetos Estratégicos), Gilberto Kassab (Relações Institucionais) e Guilherme Piai Filizzola (Agricultura e Abastecimento)”. Há também situações que levantam suspeitas, como a da explosão de pedágios nas rodovias do Estado – há previsão de 150 novas praças até 2026. No início de julho, as tarifas voltaram a crescer, superando a inflação do período. Também cresceu a adoção do sistema “free flow”, que funciona sem praças físicas e com a cobrança feita a partir de um aplicativo. Já apelidado de “rei dos pedágios”, Tarcísio de Freitas tem sofrido críticas até de deputados da base aliada na Alesp.

## TESE DO SETOR

### ÁGUA E SANEAMENTO SÃO DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

**29.** Só existirá meio ambiente saudável e democracia, de fato, quando esses direitos forem plenamente atingidos.

**30.** O desenvolvimento do saneamento básico ocorreu de maneira lenta e gradual no decorrer da história da humanidade. A evolução da bacteriologia contribuiu para que o homem valorizasse a saúde sanitária, bem como desenvolvesse meios de obter água potável, protegê-la de possíveis contaminações e ampliar as ações preventivas (HELLER et al., 2018). A história da humanidade está baseada na luta por sua sobrevivência; durante centenas, e porque não dizer milhares de anos, o único e difícil objetivo do homem era suprir suas necessidades básicas, entre elas, a procura por água potável. Nesse anseio, chegaram a cavar poços de centenas de metros na China (SILVA, 2016).

**31.** Em um planeta com 8 bilhões de habitantes, 26% da população global não têm acesso à água potável, o que corresponde a cerca de 2 bilhões de pessoas. Aproximadamente 46% dos habitantes do planeta não possuem serviços seguros de saneamento, o equivalente a 3,6 bilhões de pessoas, segundo dados do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A Resolução da ONU 64/292, de 28/07/2010, estabeleceu que “o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais”. Além disso, o acesso à água e ao saneamento básico são direitos previstos em mais de um artigo da Constituição Federal do Brasil de 1988.

**32.** Segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), uma criança morre no mundo a cada 2,5 minutos devido a problemas relacionados à falta de água potável e ao saneamento ineficiente. Conforme estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, há uma economia de R\$ 4,00 em saúde. Fazer com que a Resolução 64/292 da ONU seja cumprida é dever do Estado. Assim, segundo Silva e Sousa Moretti (2021), “o setor público tem um papel fundamental a desempenhar para que se alcance o acesso universal à água, saneamento e higiene, e requer a participação do governo em todos os níveis. Independentemente das formas de prestação dos serviços, o planejamento, a regulação, a fiscalização dos serviços e a definição das tarifas não podem ser repassados ao setor privado”. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu trabalho “Diretrizes sobre Saneamento e Saúde”, entende o saneamento básico como um importante critério para aferir os níveis de desenvolvimento social de um país e relaciona o índice de cobertura desse serviço com a saúde, a dignidade humana e o bem-estar da população.

**33.** Em 2022, após um tenebroso período, ainda que em bases não muito sólidas e em um cenário de muitas contradições, as forças progressistas retornaram ao governo federal do Brasil com a eleição, pela terceira vez, do presidente Lula. A expectativa dos trabalhadores do setor de saneamento era de que, nesse novo contexto e apesar da correlação de forças ainda desfavorável, o processo de privatização do saneamento — em especial a liquidação das empresas estaduais —

ao menos diminuísse, e que os investimentos em obras para o fornecimento de água e esgotamento sanitário aumentassem, sendo coordenados e executados, principalmente, pelo poder público. Infelizmente, essa expectativa se confirmou. Dados comprovam que a privatização do setor avança a passos largos, vem sendo financiada pelo BNDES e, em alguns casos, como o da AGESPISA (empresa de Saneamento do Piauí), privatizada diretamente por governos do próprio Partido dos Trabalhadores. Esses fatos ampliam as contradições e corroboram nossa tese de que o saneamento de qualidade, universal e público, não recebe do governo Lula a atenção que deveria. É importante lembrar que esse governo foi eleito por nós, trabalhadores, e que devemos ajudá-lo a dar certo, sob pena de retrocessos gigantescos caso isso não aconteça.

**34.** Na contramão do que acontece no resto do mundo, que, em geral, passa por um processo de reestatização dos serviços de saneamento — principalmente em grandes e importantes cidades como Paris, Berlim e Buenos Aires, entre outras —, o Brasil segue entregando os seus à iniciativa privada. Segundo dados da Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), o número de municípios com participação privada no setor passou de 291 em 2019, antes da aprovação da Lei nº 14.026, que modifica o marco legal do saneamento, para 1.793 no ano de 2025 (base de dados até 23 de junho), um crescimento superior a 516%. Isso significa que uma em cada três cidades brasileiras possui serviços de saneamento sob a administração de uma empresa privada.

## **SANEAMENTO NO BRASIL: SITUAÇÃO ATUAL**

**35.** Em 2024, o Brasil ocupou a posição de 10ª maior economia mundial e, segundo projeções, deve chegar à 8ª posição em 2025, ultrapassando economias como Itália e Canadá. De acordo com o ranqueamento produzido pela consultoria Austin Rating, baseado em projeções do Fundo Monetário Internacional e publicado pelo IBGE, o Brasil atingiu a 5ª colocação entre as 49 economias globais que mais cresceram no primeiro trimestre de 2025, após alta de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, ao se tratar de saneamento básico, ocupa a 112ª posição em um conjunto de 200 países.

**36.** Em 2024, o SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico) substituiu o SNIS. O papel do SNIS, e agora o do SINISA, é reunir em um só lugar todas as informações sobre o saneamento de todos os municípios brasileiros. Segundo dados do SNIS (ano-base 2017), divulgados em fevereiro de 2019, 83,7% da população brasileira era abastecida com água potável. Já dados publicados pelo SINISA no primeiro semestre de 2024 sobre este mesmo indicador apresentam o número de 83,13%. Quando comparamos esses dados, observamos que o fornecimento de água potável teve um recuo de 0,67% no período de 2017-2024, apontando que a privatização talvez não seja a panaceia que trará a universalização desse serviço para o povo brasileiro.

**37.** Em relação ao esgoto, o SNIS informa que, em 2017, 54,1% do esgoto gerado era coletado e que, do volume total coletado, 78,5% eram tratado. Já em 2024, segundo os dados do SINISA, 59,7% do esgoto produzido era coletado, e apenas 78,68% do coletado era tratado. Novamente, a

comparação dos dados nos leva a concluir que a privatização não deu conta de colocar o saneamento no caminho da universalização. Se considerarmos que entre 2019 (ano da aprovação da Lei nº 14.026) e 2024 se passaram cinco anos, temos um irrisório avanço de 5,6% na coleta do esgoto gerado e, no tratamento, praticamente a manutenção da situação anterior, com um incremento insignificante de 0,18%.

**38.** Quando analisamos estes dados separando as cinco grandes regiões geográficas do território nacional, encontramos grande heterogeneidade. Observamos que a desigualdade social e de desenvolvimento econômico existente entre elas se manifesta também em relação à cobertura dos serviços de saneamento. Nas regiões Norte e Nordeste, segundo dados do SINISA, os percentuais de cobertura de água tratada e distribuída são, respectivamente, de 60,91% e 74,03%. Já os índices de coleta de esgotos nessas regiões são de 22,84% e 33,79%. Nas regiões Sul e Sudeste, os percentuais de cobertura de água tratada e distribuída são, respectivamente, de 87,62% e 90,5%, enquanto os índices de coleta de esgotos são de 51,5% e 80,76%. A região Centro-Oeste possui índices bem próximos aos das regiões Sul e Sudeste: de acordo com os dados do SINISA, os percentuais de cobertura de água tratada e distribuída são de 88,33%, e os de coleta de esgotos, de 66,50%.

**39.** Quando falamos separadamente da realidade do saneamento em áreas “não urbanas”, os indicadores são ainda piores. Os dados do SINISA nos dizem que, nesse segmento, apenas 18,04% dos domicílios têm acesso à rede de água tratada e 2,16% têm acesso à rede coletora de esgoto. Para essas populações que vivem em áreas rurais e ribeirinhas, entre outras, o modelo convencional de redes de água e esgoto, em geral, não se aplica, e soluções alternativas devem ser adotadas, como poços caipiras e fossas sépticas. A realização de saneamento nesses locais também é de responsabilidade do Estado e precisa entrar na pauta de discussão das operadoras dos serviços.

## **LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL**

**40.** No ano de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.445. O Sintaema teve importante e ativa participação no debate e na construção dessa lei, que, além de instituir o marco regulatório do setor, é também um fundamental instrumento para o processo de universalização do saneamento no Brasil. Durante os governos Lula 1 e Lula 2 — impulsionado em grande medida pelos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) — e durante o primeiro governo Dilma, o volume de recursos para o saneamento aumentou significativamente, e avanços importantes, ainda que insuficientes, ocorreram. Esse ciclo, que se desenhava promissor, foi encerrado prematuramente em 2016 com o golpe no governo da presidenta Dilma.

**41.** Não por acaso, em 2018, o Brasil sediou o Fórum Mundial da Água, um evento patrocinado por grandes multinacionais como Ambev, Nestlé e Coca-Cola, todas comprometidas com a visão mercantilizadora da água, através das privatizações ou pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs). Nessa ocasião, os movimentos sociais, sindicais e ambientais promoveram, paralelamente, o FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água), uma grande articulação nacional e internacional que

se materializou em um evento simultâneo ao FMA (Fórum Mundial da Água), em março de 2018. O FAMA foi um encontro de diversas experiências coletivas de vivência com a água e um espaço de trocas de sucessos e adversidades na luta em defesa da água como direito, e não como mercadoria, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Mundial da Água (FMA). Durante a realização do FAMA, foi reativada a Frente Nacional em Defesa do Saneamento e criado o ONDAS (Observatório Nacional em Defesa do Direito à Água e ao Saneamento), dois instrumentos que contribuem na articulação política e na produção de dados sobre saneamento no Brasil e que têm sido ferramentas fundamentais na resistência contra a privatização do setor.

**42.** Nos últimos anos, os processos de luta contra as tentativas de privatização do setor foram intensos. A organização dos trabalhadores conseguiu derrotar duas medidas provisórias: a 844/18, editada em 06 de julho de 2018, e a 868/18, editada no dia 28 de dezembro de 2018 pelo golpista Temer, no apagar das luzes de seu mandato usurpado de Dilma. Depois de mais de dois anos de resistência, as MPs foram convertidas no Projeto de Lei nº 3.261/19, que depois foi convertido no Projeto de Lei nº 4.162/19, finalmente aprovado, dando origem à Lei nº 14.026/20, sancionada pelo genocida Bolsonaro em 15 de julho de 2020. Essa lei modifica a Lei nº 11.445, que é o marco regulatório do saneamento, além de outras leis, e tem como principal objetivo facilitar o acesso da iniciativa privada ao “filé mignon” dos serviços de saneamento. A Lei nº 14.026 acaba com os contratos de programa, impondo aos municípios a abertura obrigatória de licitação para a concessão dos serviços e tirando seu poder de decisão — principalmente dos menores — ao condicionar o acesso a recursos federais à adesão à nova legislação, entre outras maldades.

**43.** Os efeitos da Lei nº 14.026 foram bastante efetivos em atender aos anseios da iniciativa privada. Segundo dados da Abcon Sindcon, o número de municípios com participação privada no setor passou de 291 em 2019 para 1.793 em 2025 (base de dados até 23 de junho), um crescimento superior a 516%. Inicialmente, foram privatizados os serviços na Região Metropolitana de Maceió, leilão vencido pela empresa BRK Ambiental. No Rio de Janeiro, o setor privado levou quatro blocos, cada um formado por parte do município da capital e alguns municípios próximos; a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) foi fatiada. As vencedoras foram as empresas Iguá Saneamento e Aegea Saneamento. No Rio Grande do Sul, a CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento) foi arrematada pelo grupo AEGEA em 2023. A AGESPISA, empresa de saneamento no Piauí, também foi arrematada pelo grupo Aegea em outubro de 2024. Em setembro de 2025, o governo de Minas encaminhou para a ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais) o texto substitutivo ao projeto que prevê a privatização da Copasa; a expectativa é de arrecadar R\$ 4 bilhões com a venda da estatal. Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tramita o Projeto de Lei nº 231/2025, que trata da privatização da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). No Paraná, a Sanepar (Companhia Estadual de Saneamento do Paraná) não é privatizada diretamente, mas sofre “desidratação” de seu papel de empresa pública através da concessão dos serviços por PPPs (parcerias público-privadas). Os serviços de saneamento do estado estão sendo fatiados e entregues à iniciativa privada de forma acelerada. Algo em torno de 130 municípios já tiveram obras leiloadas no formato, e os grandes vencedores desses leilões têm sido o grupo Aegea e o grupo Iguá.

**44.** Em São Paulo, após a regionalização com a criação das URAES (Unidades Regionais de Água e Esgotamento Sanitário), o processo de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo) foi acelerado e finalizado em julho de 2024. Em um dos maiores processos de privatização dos últimos tempos no Brasil, o controle da Sabesp, mesmo contra a vontade da opinião pública, foi entregue ao Grupo Equatorial. “Hoje não tem martelo, ficaram com medo, né?”, disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no dia 23 de julho de 2024, no início de seu discurso no evento realizado na B3 para a finalização da privatização da Sabesp.

**45.** A Sabesp é a maior empresa de saneamento das Américas e está entre as maiores do mundo. Atende a algo em torno de 31 milhões de pessoas (70% da população do Estado de São Paulo), opera 375 dos 645 municípios paulistas — dos quais 242 têm até 20 mil habitantes e 54 têm de 20 a 50 mil habitantes — e tem os serviços de água e esgotamento sanitário universalizados na maioria deles. Constituída em 1973 a partir da fusão de cinco empresas do Estado de São Paulo (SAEC, COMASP, SANESP, SBS da Baixada Santista e Sanevale do Vale do Ribeira) para prestar serviços de água e esgotamento sanitário conforme o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), antes de sua privatização em 2024, já era uma empresa de economia mista, com 49,7% de suas ações negociadas nas bolsas de mercados da B3-Bovespa (34,5%) e de Nova Iorque (15,2%). O estado mantinha em seu poder 50,3% das ações, sendo a última estatal de grande porte que restava sob o controle acionário do Estado de São Paulo.

**46.** A Sabesp, historicamente, nos últimos anos, vinha investindo anualmente uma média de 5 bilhões de reais, sendo responsável por um terço de todo o investimento em saneamento nesse período e, por esse motivo, já se encontrava muito próxima de realizar a tão sonhada universalização dos serviços em todos os municípios por ela operados. Empresa saneada financeiramente e lucrativa, além de realizar os serviços de saneamento com excelência, entregava ao estado de São Paulo algo próximo de 500 milhões de reais por ano na forma de dividendos, dinheiro que entrava no cofre público e ajudava o estado a investir no que julgasse necessário. Os resultados alcançados nesses 50 anos pela Sabesp se devem, principalmente, à competência de seus funcionários e funcionárias, e por ser uma empresa cuja filosofia se ancorava na universalização dos serviços de saneamento e no atendimento à população, e que, embora lucrativa, tinha o lucro como objetivo secundário.

**47.** A privatização da Sabesp foi concluída em julho de 2024, com a venda de 32% das ações que estavam em poder do governo estadual. O modelo de privatização escolhido por Tarcísio para o certame foi o de “acionista de referência”. Nesse formato, um acionista, ao adquirir uma pequena quantidade de ações (no caso, 15%), recebe no pacote o “direito” de dirigir a empresa, indicar três dos nove conselheiros do conselho de administração, indicar o presidente do conselho de administração e o presidente da empresa. O valor total arrecadado com a venda das ações foi de R\$ 14,8 bilhões. Na ocasião, o Sintaema contratou um estudo técnico para estimar o valor das ações da empresa. Esse estudo foi posteriormente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e concluiu que cada ação da Sabesp valia, ao menos, R\$ 103,90 na época. No lançamento do edital do leilão, o preço fixado pelo governo paulista foi de R\$ 67, o que significava

que, pelo nosso estudo, o estado abria mão de cerca de R\$ 8 bilhões — presente muito bem recebido e comemorado pela Faria Lima. No dia 22 de julho de 2024, dia do leilão de privatização, as ações já eram negociadas a R\$ 87, um ágio de quase 30%, significando um ganho imediato de algo em torno de 4,5 bilhões para os felizes compradores.

**48.** Em julho de 2024, o grupo Equatorial, que atuava principalmente no setor elétrico e com quase nenhuma participação no setor de Saneamento, adquiriu 15% das ações da Sabesp pela quantia de R\$ 6,9 bilhões, tornando-se o “investidor de referência”. Os outros 17% de ações à venda foram destinados a pessoas físicas, jurídicas e funcionários da companhia, pelo montante próximo de R\$ 8 bilhões. O estado de São Paulo manteve em seu poder 18% das ações, continuando como acionista, mas agora sem poder de mando. Outro detalhe importante dessa história é que, para a venda da Sabesp, foram formadas duas ‘carteiras’: uma para a Equatorial e outra para a Faria Lima. O governador Tarcísio e o Banco BTG definiram quais seriam os fundos que poderiam comprar essas ações, já que, obviamente, a procura foi muito maior do que a oferta, dada a “vantajosidade” do negócio com o enorme desconto de R\$ 2,5 bi gentilmente subsidiado pelos cofres públicos. Em setembro de 2025, pouco mais de um ano depois da venda da empresa, as ações já são negociadas por valores próximos de R\$ 130,00.

**49.** A Sabesp foi sendo preparada para a privatização durante vários anos. Chegou a ter, no passado mais distante, 24 mil trabalhadores; nos anos que antecederam o leilão, se aproximou de 14 mil e, em 2024, tinha 10,5 mil. Após a consumação da privatização, até setembro de 2025, a nova direção privada da empresa já havia promovido três PDVs (Programas de Demissão Voluntária), com a adesão de quase 4 mil trabalhadores, desmontando de maneira abrupta o quadro técnico da empresa que levou décadas para ser constituído. A direção da Equatorial pratica assédio contra os trabalhadores de maneira extremamente violenta; o clima de terror está instaurado na companhia. A meta da administração privada é demitir todos os trabalhadores pré-privatização e, para isso, lança mão de todo tipo de expediente, inclusive os mais condenáveis, como ameaças diretas, lives assediosas e pressão por parte dos gestores, que são devidamente orientados de como fazer pela alta administração. Os motivos são, obviamente, econômicos, visando economias na folha de pagamento, porém não apenas isso: a gestão privada não esconde o preconceito contra os trabalhadores concursados. O que se pretende não é apenas economia, mas sim a extinção da cultura “Sabespiana” que foi construída durante 50 anos de história. O objetivo é a destruição do espírito de corpo que permitiu a eficiência na execução do saneamento, mas que também gerou força coletiva e capacidade de resistência.

**50.** Com a diminuição do número de quadros técnicos e a mudança na filosofia da empresa, que substituiu a missão de universalização do saneamento por lucro, a população já nota a piora nos serviços. Problemas como o desabastecimento prolongado, água suja nas torneiras e cobranças indevidas se tornam corriqueiros. A ARSESP, agência reguladora do setor em São Paulo, perdeu poder e agora analisa apenas relatórios de um “agente regulador externo”, que é contratado e pago pela própria Sabesp. Em 2027, entrará em vigor a nova regra de reajuste das tarifas, quando os reajustes serão calculados com base nos investimentos feitos no ano anterior — investimentos que serão fiscalizados, na prática, pelo “agente externo”. Isso deverá explodir o valor das contas de água em São Paulo.

**51.** Nos anos de 2013 e 2014, o Brasil passou por uma grave crise hídrica que, segundo a meteorologia na ocasião, foi a mais grave em 96 anos. Em 2013 e 2014, a Sabesp pública adotou a política de descontos para os consumidores que economizassem. Em 2025, tudo indica, caminhamos para outra crise hídrica. Quando olhamos para os níveis dos grandes reservatórios que atendem à região metropolitana de São Paulo, por exemplo, verificamos que eles estão abaixo dos níveis em que estavam na mesma época do ano em 2013. É verdade que a Sabesp, quando ainda era pública, fez obras para mitigar esse tipo de problema, mas ações de redução de pressão nas redes de abastecimento já estão sendo adotadas, e o racionamento não está descartado. A grande dúvida que se estabelece, caso a crise hídrica se confirme, é a seguinte: já que a Sabesp privada tem por missão o lucro, ela fará, em relação às contas de água, como fez em 2013/2014 ou, ao contrário, em vez de uma política de desconto, para não prejudicar seu balanço, estabelecerá uma política de multas para quem não economizar?

**52.** O neoliberalismo, apesar de pequenos momentos de recuo, continua em implantação no Brasil, e não há dúvida de que o setor de saneamento é a bola da vez no processo de privatizações que continua em curso por aqui. O caminho para a entrega do saneamento à iniciativa privada foi pavimentado pela Lei nº 14.026, que acabou com a figura jurídica do contrato de programa e criou a “regionalização” da maneira mais “conveniente” possível aos interesses do grande capital. A privatização da Sabesp foi viabilizada com a eleição de Tarcísio de Freitas para o governo de São Paulo. Matéria da Agência Brasil destaca estudo do Instituto Trata Brasil (observatório financiado pelas empresas privadas), mostrando que, cinco anos após o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026) entrar em vigor, o país não apresentou uma evolução significativa nos indicadores de saneamento básico. No Brasil, ainda há aproximadamente 34 milhões de pessoas que não acessam sistemas formais de água e mais de 90 milhões sem coleta e tratamento de esgotos.

## CONCLUSÃO

**53.** Hoje, a iniciativa privada já opera os serviços de saneamento em 1/3 (um terço) dos municípios brasileiros e caminha de forma ávida para ampliar ainda mais sua participação no setor. Porém, quando comparamos os dados de antes e depois da aprovação da Lei nº 14.026, observamos o grande avanço da iniciativa privada na prestação dos serviços, mas concluímos que a privatização não deu conta de colocar o saneamento no caminho da universalização. Depois de cinco anos, a situação do saneamento rural continua inalterada, a coleta e o tratamento dos esgotos aumentaram de maneira insignificante, e o fornecimento de água permanece praticamente no mesmo patamar. Se antes a crítica era de que o setor de saneamento era controlado por um monopólio público, o que vemos em construção nesse momento é um monopólio privado, capitaneado pelos grupos Aegea, Iguá e BRK.

**54.** Para os trabalhadores, em todas as empresas privatizadas, o tratamento é muito parecido: PDVs combinados com assédio para forçar a adesão e a saída. O objetivo dessas demissões é, claro, econômico, mas também — e talvez principalmente — ideológico, para destruir a cultura e quebrar o espírito coletivo e de corpo desses trabalhadores.



**55.** O Sintaema participou e participa ativamente de toda a articulação nacional para deter o processo de privatização do saneamento no território nacional. Fomos figura central na organização do FAMA, ajudando a articular, financiar e realizar o evento. Compomos a Frente Nacional em Defesa do Saneamento e a direção do ONDAS. Temos certeza de que o direito à água e ao saneamento só pode ser plenamente atendido quando prestado fora da lógica mercantil e do lucro, o que, para tanto, exige mudança na política. Nesse sentido, cabe abrir um debate franco e aberto junto aos trabalhadores(as), bem como com toda a sociedade, para que, nos processos eleitorais, elejam representantes, em todas as esferas, verdadeiramente comprometidos com nossa causa. Por isso, seguiremos organizando os trabalhadores e as trabalhadoras na luta pelos direitos da categoria e pelo direito ao saneamento público, universalizado e de qualidade para todo o povo brasileiro.

TESE – MEIO AMBIENTE

**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE**

**56.** O grande desafio para a humanidade e de sua sobrevivência será a realização da transição energética, um processo fundamental para o futuro sustentável de todo planeta. A transição energética é um processo de transformação do sistema energético global, que visa substituir a dependência de fontes fósseis de energia (como carvão, petróleo e gás natural) por fontes mais limpas, renováveis e sustentáveis, como a energia solar, eólica, hidrelétrica, biomassa, geotérmica e nuclear, por exemplo. Além de buscar a redução das emissões de gases de efeito estufa, a transição energética envolve a modernização de infraestrutura, a implementação de novas tecnologias e a adaptação das sociedades a um modelo energético mais eficiente e equitativo.

**57.** A transição energética busca alcançar dois objetivos principais:

- a. Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE): O principal motor da transição energética é a luta contra as mudanças climáticas ou melhor a emergência climática. As fontes de energia fósseis, além de estarem no centro de um modelo energético antiquado e insustentável, são as principais responsáveis pelas emissões de GEE, que aceleram o aquecimento global e seus impactos catastróficos (como a elevação do nível do mar, secas, tempestades intensas, entre outros).
- b. Promoção da segurança energética: A transição também visa aumentar a segurança energética de países, através da diversificação das fontes de energia, redução da dependência de combustíveis fósseis importados e a implementação de tecnologias que permitam uma maior autonomia e resiliência do sistema energético.

**58.** Um dos setores que será atingido pela transição energética será o setor de saneamento, vital para a saúde pública e a qualidade de vida da população, que enfrentará desafios significativos na adaptação a essa transição. As instalações de tratamento de água e esgoto, por exemplo, dependem fortemente de energia para bombear, tratar e distribuir água e para tratar esgoto. A mudança para fontes de energia renováveis pode exigir investimentos elevados em infraestrutura e tecnologias de ponta.

**59.** Com a privatização desenfreada das empresas de saneamento no Brasil, dificilmente haverá investimento para realização da transição energética, uma vez que esses têm custo bastante elevado, além da necessidade de capacitação dos trabalhadores para a implementação dessas soluções sustentáveis, como as empresas privadas visam o lucro desenfreado, este será um grande desafio de todos nós que temos como meta a preservação da natureza, conseguirmos através de muita luta e conscientização da população influenciar os parlamentares a elaborar leis rígidas que obriguem as empresas a investirem nas soluções sustentáveis. Além disso é imprescindível que as políticas públicas de transição energética integrem o setor de saneamento, oferecendo subsídios e apoio técnico para modernizar as operações sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

**60.** É importante salientar que a transição energética pode trazer inúmeras oportunidades, como por exemplo a utilização de fontes renováveis como a energia solar e o biogás. O setor de saneamento pode se beneficiar do aproveitamento do biogás gerado no tratamento de esgoto e resíduos sólidos, contribuindo para a matriz energética do país de forma sustentável.

**61.** Um ponto essencial no processo de transição energética é a inclusão dos trabalhadores, especialmente os sindicalistas, no debate sobre essa transição. É fundamental garantir que os profissionais do setor sejam capacitados para lidar com as novas tecnologias e práticas, ao mesmo tempo em que seus direitos trabalhistas são preservados.

**62.** A participação ativa dos sindicatos nesse processo pode garantir que os trabalhadores não sejam deixados para trás na transição. Isso envolve lutar por políticas públicas que promovam a geração de empregos verdes e a qualificação profissional no setor de saneamento, além de garantir condições de trabalho seguras e justas em face das mudanças tecnológicas e organizacionais.

**63.** A transição energética deve ser vista como um processo de transformação social que envolve a todos. Para que seja bem-sucedida, é essencial que trabalhadores, empregadores, governos e a sociedade civil dialoguem de forma construtiva e participativa. Os sindicatos, enquanto representantes legítimos dos trabalhadores, desempenham um papel crucial na mediação desse processo, garantindo que as mudanças ocorram de forma justa e equilibrada.

**64.** Além disso, a transição energética no setor de saneamento pode contribuir para o cumprimento de metas ambientais globais, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e o avanço em direção à neutralidade de carbono. Isso não só beneficia o meio ambiente, mas também pode fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, como um país comprometido com o desenvolvimento sustentável.

**65.** É fundamental que a justiça ambiental seja inseparável da justiça social. Ou seja, não basta apenas proteger o meio ambiente, é preciso garantir que essa proteção não sobrecarregue as classes trabalhadoras, que são as mais afetadas pelos impactos ambientais negativos. Sendo assim defendemos que políticas ambientais devem ser construídas de forma a integrar o desenvolvimento social, garantindo que as populações mais vulneráveis tenham acesso a condições de vida dignas sem sacrificar o meio ambiente.

**66.** É necessário que o Brasil adote um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Para isso, é fundamental que a transição para uma economia de baixo carbono seja feita de maneira justa, com a criação de empregos verdes, a modernização dos setores produtivos e a valorização das energias renováveis.

**67.** Apesar das muitas oportunidades, a transição energética enfrenta desafios consideráveis, como o negacionismo de potências como os Estados Unidos através de seu presidente Trump

onde na assembleia da ONU deste ano além de proferir impropérios com relação à utilização de energia limpa, acusando a Europa de estar promovendo a pobreza para seus membros, ele na realidade está atuando como lobista das indústrias fósseis e conseqüentemente sendo um enorme obstáculo na implementação de políticas de transição energética.

**68.** O Brasil, por sua vez, possui um grande potencial para liderar a transição energética na América Latina, devido à sua vasta capacidade de geração de energia renovável, especialmente nas áreas de energia solar, eólica e biomassa. No entanto, o Brasil também enfrenta desafios relacionados à preservação ambiental, desmatamento ilegal, e políticas públicas que, por vezes, dificultam a implementação de uma transição energética eficaz e sustentável.

**69.** O papel dos sindicatos, como o Sintaema, é garantir que essa transição ocorra de forma justa, mas que se integre nas questões sociais, de emprego e de direitos trabalhistas. Concluindo, a transição energética representa uma mudança profunda e necessária para o futuro, e o setor de saneamento e meio ambiente tem um papel chave nesse processo. Para que essa transição seja bem-sucedida, é fundamental que os trabalhadores do setor estejam preparados e engajados nas mudanças que virão. Por meio de políticas públicas adequadas, investimentos em infraestrutura e capacitação, o Brasil pode avançar para um modelo energético mais sustentável, criando oportunidades de trabalho, garantindo serviços de saneamento de qualidade e, ao mesmo tempo, contribuindo para a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. A luta por um saneamento sustentável e uma transição energética justa é, sem dúvida, um compromisso que o Sintaema tem que ter com o presente e o futuro de todos nós.

## OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**70.** As mudanças climáticas e o aquecimento global representam uma ameaça iminente à vida no planeta, com impactos diretos e indiretos sobre os trabalhadores, especialmente aqueles dos setores de saneamento e meio ambiente. Devemos reconhecer a gravidade dessa crise e nos posicionarmos ativamente na busca por soluções que integrem justiça social, ambiental e econômica.

**71.** O aquecimento global tem aumentado substancialmente a frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos, como: secas prolongadas, inundações, tempestades e furacões mais intensos.

**72.** A alteração climática tem impactado diretamente os ecossistemas naturais, colocando muitas espécies em risco de extinção. O aumento da temperatura da água afeta a fauna marinha (por exemplo, os corais, que sofrem com o fenômeno do branqueamento devido ao aumento da temperatura das águas), assim como a vegetação, que pode ser forçada a migrar para novas áreas ou, em casos extremos, desaparecer. Além disso, a alteração dos ciclos de chuva e temperatura pode afetar diretamente a distribuição de plantas e animais.

**73.** O clima é um fator crucial para a produção agrícola, e as mudanças climáticas têm afetado diretamente a segurança alimentar. A diminuição da produtividade agrícola devido a secas, calor extremo e chuvas imprevisíveis coloca em risco a oferta de alimentos. Regiões dependentes de agricultura para subsistência podem enfrentar escassez de alimentos e aumento de preços, agravando a fome e a pobreza.

**74.** As mudanças climáticas também impactam diretamente a saúde humana, através de: doenças respiratórias, doenças transmitidas por mosquitos, desnutrição e doenças relacionadas ao calor.

**75.** Como sabemos, os impactos das mudanças climáticas afetam de forma mais acentuada as camadas mais pobres da população. As mudanças no clima resultam em eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, enchentes e tempestades, que afetam diretamente o trabalho e a subsistência dos trabalhadores, especialmente os que dependem de atividades agrícolas e da pesca.

**76.** As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios que a humanidade já enfrentou. Infelizmente como vivemos numa época em que a maior potência do planeta é dirigida por um negacionista, nosso desafio é ainda maior. O impacto de um aquecimento global contínuo pode ter consequências devastadoras para os ecossistemas, a economia, a saúde e a qualidade de vida humana. Combater as mudanças climáticas exige uma ação global coordenada, políticas públicas eficazes e um esforço coletivo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservar os ecossistemas e garantir um futuro mais seguro e sustentável para as próximas gerações.

**77.** Nesse contexto o Brasil deve adotar medidas urgentes para mitigar os impactos das mudanças climáticas e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Assim, temos que nos posicionar favoravelmente a uma maior participação do Brasil nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, destacando a necessidade de um acordo global que garanta financiamento e tecnologia para os países em desenvolvimento ou melhor, do sul global.

**78.** É imprescindível que defendamos o princípio da justiça climática, uma vez que as consequências das mudanças climáticas atingem de forma desproporcional os mais pobres e vulneráveis, especialmente trabalhadores, populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Portanto, o combate ao aquecimento global deve estar aliado à luta por justiça social e redução das desigualdades. A liderança das mulheres, principalmente as negras e indígenas, pauta a crise climática a partir de uma ótica interseccional, mostrando como gênero, raça e classe social intensificam a vulnerabilidade.

## LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL OU LEI DA DEVASTAÇÃO

**79.** Nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade e preservação ambiental tem ganhado espaço em meio às crescentes mudanças climáticas e à degradação de ecossistemas. No entanto, a aprovação da nova legislação ambiental (Lei nº 15.190) pelo Congresso Nacional em 17 de julho de 2025 gerou forte reação. Ambientalistas, cientistas e comunidades tradicionais a apelidaram de “lei da devastação”. O Ministério do Meio Ambiente classificou o projeto como um “golpe de morte” ao licenciamento e afirmou que ele afronta o artigo 225 da Constituição, que exige avaliação de impacto ambiental para obras potencialmente poluidoras. Essa medida, embora apresentada como uma modernização das normas ambientais, levanta sérias preocupações sobre seus reais objetivos e impactos. A nova legislação representa um retrocesso, pois privilegia setores econômicos em detrimento da conservação ambiental e dos direitos das populações tradicionais. A proposta ganhou 267 votos a favor e 116 contra, após ter sido aprovada no Senado em maio.

**80.** Ao flexibilizar o licenciamento ambiental, a nova lei abre espaço para que grandes empreendimentos como obras de infraestrutura, agronegócio e mineração avancem com menos fiscalização e menos responsabilidade. Isso fragiliza os mecanismos de proteção dos biomas e torna o país mais vulnerável a tragédias ecológicas, como desmatamentos e contaminação de solos e rios, especialmente em áreas sensíveis como a Amazônia e o Cerrado. Decisões do STF já reconheceram a inconstitucionalidade da chamada Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para projetos de impacto médio, justamente o núcleo da proposta.

**81.** Outro ponto preocupante é o esvaziamento da participação social nos processos decisórios. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, historicamente ligados à preservação da natureza, foram deixados de fora das discussões. Isso não só fere princípios constitucionais como também tratados internacionais de proteção a minorias étnicas e culturais, ignorando os conhecimentos ancestrais desses povos na gestão sustentável dos recursos naturais. O argumento do “desenvolvimento econômico” é usado como justificativa para o desmonte das regras, mas é uma visão imediatista. Diversos estudos apontam que ignorar os limites ecológicos em nome do lucro compromete o futuro. Não se trata de escolher entre progresso e preservação, trata-se de entender que não há progresso possível em um planeta devastado. Segundo o Observatório do Clima e analistas como Márcio Astrini, o autolicensing transforma o licenciamento ambiental em simulacro, comprometendo sua função como política pública eficaz, a substituição de estudos técnicos por formulários online enfraquece o princípio da precaução, dando ao empreendedor a responsabilidade por autorizar obras potencialmente perigosas sem análise independente.

**82.** A nova lei ambiental não representa avanço, mas sim uma guinada perigosa rumo a um modelo ultrapassado, baseado na exploração predatória. É hora de resistir a esse retrocesso. O Brasil precisa de políticas que conciliem crescimento com responsabilidade, e não de atalhos que comprometam seu patrimônio natural e humano para favorecer o agronegócio e setores industriais, sob o discurso de “desburocratização” o governo revela um alinhamento com interesses econômicos imediatistas, ignorando os alertas da ciência sobre os riscos de colapso

ambiental. A falsa dicotomia entre desenvolvimento e preservação mascara uma lógica extrativista que ignora o futuro. Alguns defensores da nova legislação afirmam que ela é necessária para destravar a economia e atrair investimentos. No entanto, estudos internacionais mostram que economias sustentáveis são mais resilientes e duradouras. A curto prazo, pode haver crescimento, mas o custo ambiental e social será alto e irreversível.

**83.** Diante do exposto, é evidente que a nova legislação ambiental aprovada em 2025 representa um retrocesso preocupante. Ao enfraquecer mecanismos de proteção e participação social, o país corre o risco de ampliar os danos ecológicos e aprofundar as desigualdades sociais. É urgente que a sociedade civil, os movimentos sindicais, os órgãos ambientais e o Judiciário atuem para garantir que o desenvolvimento do país não ocorra às custas do seu patrimônio natural e humano. André Lima, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), alerta que o novo modelo pode inviabilizar o compromisso com desmatamento zero até 2030 e comprometer a meta climática do país, podendo ainda impactar negociações do Mercosul com a União Europeia, pois investidores questionarão a sustentabilidade das exportações brasileiras.

**84.** A aprovação ocorreu apenas quatro meses antes da COP30, que será sediada na cidade de Belém, cenário em que o país pretendia projetar liderança ambiental, a flexibilização de normas compromete a credibilidade internacional brasileira.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

**85.** Na esfera estadual os retrocessos com relação ao licenciamento ambiental também ocorrem em grande escala. O Decreto nº 69.120 de 09 de dezembro de 2024 do governador Tarcísio de Freitas do Estado de São Paulo, introduz uma regra para que empreendimentos ou atividades que, no momento da renovação de sua Licença de Operação, comprovarem eficiência dos seus sistemas de gestão e auditoria ambientais, possam ter o prazo de validade da nova licença ampliado em até 1/3 do prazo anteriormente concedido, a critério do órgão licenciante, respeitando-se o limite máximo de 10 anos.

**86.** Entre outros riscos nesse decreto encontra-se a falta de indicadores de eficiência claros, a redução da frequência de reavaliação dos empreendimentos com possível enfraquecimento da fiscalização, possível incentivo à complacência operacional, possível insegurança jurídica, risco de desigualdade entre as empresas grandes e pequenas.

**87.** Por fim outra preocupação é que as associações industriais (por exemplo, Abiquim) elogiaram o decreto e consideraram ele como uma modernização, isso indica que o mercado vê redução de custos e entraves, tal recepção acende um sinal de alerta sobre possíveis flexibilizações. A divergência entre indústria e sociedade civil exige contrapartidas técnicas e transparência.

## DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

- 88.** Participação ativa do Sintaema no processo da transição energética justa através de conscientização da categoria de sua importância, além de pressionar e colaborar com os parlamentares na elaboração de políticas para que a transição ocorra com a garantia que os trabalhadores não serão abandonados.
- 89.** O Sintaema deve continuar participando de todos os fóruns e manifestações onde haja a defesa do princípio da justiça climática.
- 90.** O Sintaema deve continuar participando dos comitês de bacia para defender nossas bandeiras tanto com relação ao saneamento público, como a defesa de um meio ambiente saudável e sustentável.
- 91.** O Sintaema deve continuar insistindo em recuperar o assento no Consema - Conselho Estadual de Meio Ambiente.
- 92.** No ano de 2026 temos que ter como meta a eleição de bancadas, tanto a nível estadual como nacional, comprometidas com a defesa do saneamento público, um meio ambiente saudável e sustentável.

TESE – GÊNERO, ETNIA/RAÇA, JUVENTUDE, ETARISMO E LGBTQIA+  
**CLASSE, CONSUBSTANCIALIDADE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO**

**93.** A dinâmica social diária comprova que a exploração no Brasil não atinge a classe trabalhadora de forma homogênea: ela é estruturada por gênero, raça, idade e sexualidade. Essas dimensões não são secundárias, mas partes constitutivas da forma como o capital extrai mais-valia e fragmenta a classe.

**94.** No Brasil, as relações de trabalho são historicamente marcadas por profundas contradições. A teoria marxista nos permite compreender que o sistema capitalista se sustenta pela exploração do trabalho, na qual a apropriação do excedente de valor produzido pelos trabalhadores é a base da acumulação de capital. Contudo, essa exploração não se manifesta de forma homogênea. Gênero, raça, idade e orientação sexual atuam como eixos de opressão que se entrelaçam com a exploração de classe, criando condições diferenciadas de subalternidade e vulnerabilidade. Essas divisões são funcionais ao capital, pois desmobilizam a classe trabalhadora e permitem a imposição de regimes de exploração mais intensos para determinados grupos.

**95.** Essa conjuntura revela que lutar por direitos sociais e trabalhistas, passa obrigatoriamente, por lutar contra o capitalismo e, de forma profunda, compreender que essas hierarquias – Gênero, Etnia/Raça, Idade, Juventude e LGBTQIA+ - quando exploradas pelo capital tornam-se pilares fundantes daquele sistema opressor. Para o movimento sindical, reconhecer e incorporar essas realidades é estratégico: só a unificação da classe a partir de suas múltiplas formas de luta contra a exploração pode fortalecer a ação por uma sociedade outra - que tenha por centro a dignidade no trabalho e a emancipação real do sujeito - e frear, assim, agendas como a privatização.

**96.** A violência no mundo do trabalho assume muitas formas, indo além dos baixos salários, longas jornadas ou da precarização. Ela é também simbólica, institucional, psicológica, física, manifestando-se no racismo naturalizado nas relações hierárquicas, no assédio sexual ou moral disfarçado de "pressão", na vigilância permanente, no adoecimento silencioso e no silenciamento de vozes que denunciam. A exploração, portanto, não é apenas econômica; ela é vivida no corpo, na mente e no cotidiano da classe trabalhadora.

## GÊNERO

**97.** A opressão de gênero no mercado de trabalho brasileiro se manifesta em persistentes desigualdades salariais, sobrecarga de trabalho reprodutivo e violência. Os dados são reveladores.

**98.** Em 2024, as mulheres brasileiras receberam salários, em média, 20,9% menores do que os homens em estabelecimentos com 100 ou mais empregados<sup>1</sup>. A remuneração média dos homens

<sup>1</sup> Mulheres recebem 20% a menos que homens no Brasil. 7 de abril. Conferir:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/mulheres-recebem-20-a-menos-que-homens-no-brasil>

foi de R\$ 4.745,53, enquanto a das mulheres foi de R\$ 3.755,01. Mulheres negras, por sua vez, receberam R\$ 2.864,39, representando 52,5% a menos que homens não negros. A disparidade é ainda maior em cargos de alta gestão, onde mulheres recebem 26,8% a menos que homens. Mulheres com nível superior ganham 31,5% a menos que homens com a mesma escolaridade.

**99.** Ainda que no último período o governo Lula tenha liderado e aprovado a aprovação da chamada Lei da Igualdade Salarial - um avanço importante que busca superar desigualdades de gênero no mundo do trabalho – ainda estamos longe de derrotar as engrenagens que fomentam a opressão de gênero.

**100.** O cenário exige que tenhamos a compreensão de que tais legislações, ainda que progressistas, operam dentro dos limites estruturais do capitalismo. A exploração da força de trabalho feminina não é um desvio do sistema, mas parte constitutiva da lógica de acumulação. Não podemos perder de vista que, historicamente, diferença salarial entre homens e mulheres cumpriu e cumpre função dupla: rebaixa o custo da força de trabalho em geral e naturaliza hierarquias sociais que mantêm as mulheres em posições de maior vulnerabilidade. Como nos lembra Engels<sup>2</sup>, a opressão das mulheres na esfera da produção está intrinsecamente ligada à sua subordinação na esfera da reprodução social. Dito de outra forma, a contradição no que diz respeito ao caráter do trabalho de mulheres - trabalho remunerado e trabalho não remunerado - e ao acesso aos direitos democráticos na sociedade capitalista. Se o trabalho de mulheres na esfera da reprodução social é fundamental para a renovação da força de trabalho, a sua ausência na esfera produtiva limita a quantidade de força de trabalho disponível para a extração de mais-valia.

**101.** Outra faceta da violência de gênero no mundo do trabalho diz respeito ao trabalho de cuidado, essencial para a reprodução da força de trabalho, hoje, ele segue desvalorizado e recai majoritariamente sobre as mulheres, especialmente as negras. Hoje, a economia do cuidado equivale a 13% do PIB<sup>3</sup>, mas é um trabalho majoritariamente não remunerado. Se fosse remunerado, as mulheres ganhariam em média R\$ 834 a mais por mês, injetando R\$ 905 bilhões na economia anualmente.

**102.** Neste contexto, lutas como o fim da escala 6x1, ganham centralidade tática e estratégica. Ela não são luta "menor" ou "setorial", pelo contrário, ela potencializa a disputa pelo tempo de vida, categoria fundamental para o enfrentamento da batalha do Trabalho contra o Capital. Reduzir a jornada, sem perdas, pode se converter em uma porta de entrada para a reorganização da classe trabalhadora a partir da realidade concreta de quem de fato vive do próprio trabalho.

<sup>2</sup> ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Boitempo Editorial, 2008.

<sup>3</sup> 'Economia do cuidado' equivale a 13% do PIB, mas nem sempre é remunerada. 23 de maio de 2025.

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/05/23/economia-do-cuidado-equivale-a-13-do-pib-mas-nem-sempre-e-remunerada.ghhtml>

## ETNIA/RAÇA

**103.** Dados recentes publicados pelo Trench Rossi Watanabe<sup>4</sup>, mostram um crescimento alarmante das ações trabalhistas por discriminação. Nos últimos dez anos, os processos por racismo cresceram 174%, ultrapassando 860 apenas em 2024. Este dado, que ainda é subnotificado devido ao medo de represálias e à descrença na Justiça, revela que o racismo não é um acidente do sistema, mas parte de sua engrenagem estruturante, como já afirmavam intelectuais como Frantz Fanon e Clóvis Moura. Fanon aponta o racismo como produto direto da dominação colonial e da lógica capitalista, enquanto Moura demonstra que a escravidão foi o alicerce da formação do capitalismo no Brasil, e que, mesmo após a chamada “abolição”, os mecanismos de opressão e exclusão racial seguem atualizados e legitimados pelo sistema.

**104.** O sistema vigente deixa claro que a desigualdade racial é um pilar estrutural do mercado de trabalho brasileiro, com a população negra (pretos e pardos) enfrentando maiores taxas de desemprego, informalidade e menores rendimentos. Para se ter uma ideia, no 4º trimestre de 2024, a taxa de desemprego para a população branca foi de 4,9%, enquanto para pretos foi de 7,5% e para pardos, 7%.

**105.** A taxa de informalidade entre pretos foi de 41,9% e entre pardos, 43,5%, em comparação com 32,6% para brancos. O rendimento médio mensal dos trabalhadores brancos foi de R\$ 4.153 no 4º trimestre de 2024, enquanto pretos receberam R\$ 2.403 e pardos R\$ 2.485. O salário médio de um trabalhador negro é 42% menor que o de um branco, e a diferença chega a 42,3% para o mesmo cargo de gerência.

## LGBTQIA+

**106.** O racismo não caminha sozinho; ele se articula com outras formas de opressão e violência, como o machismo, a LGBTfobia e o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Essa experiência brutal não é um desvio de percurso, mas a expressão mais evidente da reestruturação do capitalismo nas últimas décadas. A flexibilização dos direitos – reformas trabalhistas e da previdência -, o avanço da terceirização, a uberização das relações de trabalho e os ataques ao movimento sindical criaram um ambiente hostil para quem trabalha, especialmente para quem ousa resistir.

**107.** A população LGBTQIA+ enfrenta níveis alarmantes de violência e discriminação dentro e fora do ambiente de trabalho, que se refletem em barreiras significativas para sua inclusão e valorização enquanto sujeito social. A violência não é apenas física, mas também simbólica, moldando quem é considerado “digno” de trabalho decente.

---

<sup>4</sup> Ações trabalhistas sobre discriminação crescem 174% em dez anos. 24 de julho de 2025. Conferir: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/07/24/acoes-trabalhistas-sobre-discriminacao-mais-que-dobram-em-dez-anos.ghtml>

**108.** Isso se reflete nos dados do mapa da violência contra esse segmento. A violência contra a população LGBTQIA+ cresceu mais de 1.000% na última década. Em 2023, foram registradas 257 mortes violentas, ou seja, a cada 1,4 dia uma pessoa LGBTQIA+ foi morta. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis<sup>5</sup>. No ambiente de trabalho<sup>6</sup>, 38% dos funcionários LGBTQIA+ relataram, segundo pesquisa, piadas homofóbicas/transfóbicas no exercício da profissão. E 72% das pessoas trans já foram discriminadas no ambiente profissional. Apenas 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans.

**109.** Precisamos ter em tela que as violências de hoje não nasceram hoje, elas surgem a partir dos sucessivos sistemas de opressão e são agravadas pela cultura escravocrata, que encontra na cultura do empreendedorismo uma parceria fértil. Esta é vendida sob o discurso de uma promessa de liberdade, mas é, na verdade, outro disfarce da precarização, transferindo ao indivíduo – em potencial os jovens – a responsabilidade por sobreviver num sistema que nega direitos e separa descaradamente a sociedade em classes.

## JUVENTUDE

**110.** A juventude, assim como toda a classe trabalhadora, é alvo de intensa opressão e manipulação ideológica. Tem sido levada a acreditar que empreender é sinônimo de um bom futuro e que a categoria trabalho perdeu sua centralidade na vida social. Essa narrativa, amplamente disseminada pelo discurso capitalista e potencializada pelas novas tecnologias e pelas Big Techs, busca induzir os trabalhadores — especialmente os jovens — são induzidos a não adquirir consciência de classe, estimulando-os a pensar e agir como se fossem capitalistas.

**111.** Não nos enganemos: trata-se de um grande engodo. O conteúdo veiculado por essas plataformas é essencialmente ideológico, voltado à manutenção da lógica de exploração e do individualismo. É preciso rechaçar com veemência esse discurso e reafirmar que, para o proletariado, a centralidade do trabalho jamais deixará de ser o fundamento da vida. Essa condição independe do sistema social vigente; o que muda são o modo e a relação de produção. O trabalho, entretanto, permanece como elemento estruturante da existência humana.

**112.** Compreender o trabalho como o eixo que organiza a vida social significa reconhecer que ele não é apenas uma atividade econômica, mas também aquilo que estrutura as relações entre os indivíduos, define posições de classe e dá sentido à vida cotidiana. É por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza e a si próprio. No capitalismo, o trabalho é central não apenas por gerar riqueza, mas também por organizar a exploração entre as classes — burguesia e proletariado.

---

<sup>5</sup> Violência contra população LGBT cresceu mais de 1.000% na última década, mostra Atlas da Violência. 13 de maio de 2025. Conferir: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/13/violencia-contrapopulacao-lgbt-cresceu-mais-de-1000percent-na-ultima-decada-mostra-atlas-da-violencia.ghtml>

<sup>6</sup> Estudo revela que 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans. 15 de maio de 2024. Conferir: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/noticia/2024/05/15/estudo-revela-que-038percent-dos-postos-de-trabalho-no-pais-sao-ocupados-por-pessoas-trans.ghtml>

**113.** Nesse contexto, a juventude trabalhadora brasileira enfrenta um cenário desafiador. Distraída por cliques, curtidas e algoritmos que moldam opiniões e comportamentos, grande parte da juventude não percebe a profundidade dos obstáculos que precisa enfrentar. As Big Techs exercem um poder sem precedentes sobre o imaginário juvenil, impondo padrões de sucesso individual, consumo e produtividade que reforçam a alienação e dificultam a construção de uma consciência de classe.

**114.** Os números são alarmantes: o desemprego<sup>7</sup> entre jovens de 18 a 29 anos é mais que o dobro da taxa observada entre adultos de 30 a 59 anos, segundo levantamento do FGV Ibre de abril de 2025. No primeiro trimestre de 2025, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos chegou a 14,9%, enquanto a taxa geral<sup>8</sup> do país ficou em 5,8% — o menor nível da série histórica, conforme dados da PNAD Contínua. A informalidade entre os jovens também é preocupante: 38,5% no quarto trimestre de 2024, praticamente igual à média nacional de 38,6%.

**115.** Além disso, o país ainda convive com uma chaga persistente: 1,65 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão em situação de trabalho infantil. Desses, 66% são negros ou pardos — um retrato cruel da desigualdade racial e social que atravessa o mundo do trabalho.

**116.** Em suma, a combinação entre a precarização do emprego, a sedução ideológica das Big Techs e a perda de perspectiva coletiva ameaça a juventude trabalhadora. Reafirmar a centralidade do trabalho, trabalhar para dar e/ou elevar o nível de consciência de classe - que ora “não” tem, ou melhor, tem, mas a da burguesia -, são tarefas urgentes para que as novas gerações retomem o protagonismo na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## ETARISMO

**117.** O etarismo, ou preconceito por idade, afeta tanto jovens quanto trabalhadores mais ‘velhos’, mas se destaca pela exclusão de profissionais acima de 50 anos. O capitalismo valoriza o que ele classifica como “produtividade” e “inovação”, e sua lógica passa – muitas vezes - pelo descarte da experiência acumulada. Pesquisa recente<sup>9</sup> mostra que 41% dos profissionais brasileiros afirmam já ter sofrido etarismo, um índice superior à média global de 36%.

**118.** E mais, 86% das pessoas com mais de 60 anos relatam ter sofrido preconceito no mercado de trabalho. A participação de idosos no mercado de trabalho cresceu 69% nos últimos 12 anos, com o número de pessoas com mais de 60 anos na força de trabalho aumentando de 5,2 milhões em 2012 para 8,6 milhões em 2024.

<sup>7</sup> Desemprego de jovens é mais que o dobro de taxa dos mais velhos. 11 de abril de 2025. Conferir:

<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/04/11/desemprego-entre-jovens-no-brasil-e-mais-que-o-dobro-da-taxa-de-grupo-mais-velho-aponta-pesquisa.ghtml>

<sup>8</sup> Desemprego cai a 5,8% no segundo trimestre, menor nível da série histórica. 31 de julho de 2025. Conferir:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/desemprego-cai-a-5-8-no-segundo-trimestre-menor-nivel-da-serie-historica>

<sup>9</sup> Etarismo no trabalho atinge 41% dos brasileiros, acima da média global. 23 de junho, Conferir:

<https://www.contabeis.com.br/artigos/71440/etarismo-no-trabalho-atinge-41-dos-brasileiros-acima-da-media-global/>

**121.** Que fazer?

- a. A análise das consubstancialidades da exploração no mundo do Trabalho revela que as desigualdades de gênero, raça, idade e orientação sexual não são problemas secundários, mas sim elementos centrais da lógica de acumulação capitalista.
- b. Para o movimento sindical, especialmente no setor de saneamento e meio ambiente, a superação dessas opressões é uma condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- c. A luta por um trabalho decente e por condições de vida dignas para todos passa, necessariamente, pelo enfrentamento de todas as formas de exploração e opressão.
- d. Essa reorganização exige método, consciência e direção política, entendendo a categoria Trabalho como uma categoria ontológica fundante, e que a luta de classes é o alicerce necessário para enfrentar um sistema que naturaliza a violência e transforma o sofrimento em lucro.
- e. Combater o racismo, o machismo, o assédio, a precarização e a exaustão cotidiana do trabalho é lutar pela vida. Essa luta não se vence com propostas de combate aparente ao sistema, mas com organização, consciência crítica e unidade e projeto de desenvolvimento consequente de mudança estrutural.
- f. A classe trabalhadora precisa retomar o centro do palco histórico, e para isso, precisa ouvir e seguir as vozes que historicamente sustentaram o mundo com seus corpos, seu tempo e seu silêncio forçado.
- g. Os atuais desafios exigem a construção de novas condições sociais, um outro tempo, em que viver valha mais do que produzir e que o trabalho, ao invés de opressão, seja ferramenta de emancipação.